



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8605 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO NA COMUNIDADE DO TRACAJÁ NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARINTINS-AM**

Erica de Souza E Souza - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas/FAPEAM

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO NA COMUNIDADE DO TRACAJÁ NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM**

**Resumo:** Este poster apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, na qual objetiva analisar as políticas públicas de formação continuada de professores/as para as escolas do campo do município de Parintins-AM, especificamente na escola da Comunidade do Tracajá. O estudo é de caráter qualitativo tendo como base das análises o método Materialismo Histórico-Dialético. Atualmente concluiu-se a pesquisa bibliográfica tendo como base os seguintes autores Arroyo; Caldart; Molina (2011); Fernandes; Cerioli; Caldart (2011); Molina e Hage (2015) entre outros, posteriormente iremos fazer pesquisa documental e de campo.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Formação Continuada de Professores/as; Escolas do Campo.

### **Introdução**

A Educação do Campo em conformidade com as mobilizações dos movimentos sociais que representam a diversidade socioterritorial do campo brasileiro e seus coletivos, vem lutando em prol de uma concepção de campo enquanto território de direitos que se opõe ideologicamente do modelo desenvolvimentista predatório do agronegócio.

No complexo contexto amazônico e mais especificamente no município de Parintins do Estado do Amazonas, pesquisas sobre Educação do Campo já começaram a ser fomentadas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), entretanto a demanda por formação de professores/as tem ganhado pauta nas agendas, nos espaços de diálogo e rodas de conversa dos movimentos sociais em prol da melhoria da educação do campo no município.

Partindo desse pressuposto, o problema que reside no estudo é saber se as políticas públicas de formação continuada para professores/as de escolas do campo têm atendido aos interesses e as necessidades dos docentes que trabalham no município de Parintins-AM, especificamente na escola do campo na comunidade de Tracajá.

O estudo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas de formação continuada de professores/as para as escolas do campo do município de Parintins-AM, especificamente na escola da Comunidade do Tracajá. E como específicos: 1) Estudar as categorias de análise: Formação continuada de professores/as; políticas públicas das escolas do campo; Educação do Campo; 2) Averiguar de que forma a política pública de formação continuada de professores/as de escolas do campo estão sendo implementadas no município de Parintins, apontando possíveis contradições e contribuições; e 3) Examinar a proposta de formação dos Movimentos Sociais do Campo para as escolas do campo, a considerar a formação continuada de professores/as.

A pesquisa justifica-se na realização para a obtenção de maiores conhecimentos sobre a implementação de políticas públicas de formação continuada de professores/as das escolas campo no Município de Parintins-Am.

Assim, o referido estudo ainda se encontra em fase inicial, por tais motivos evidenciaremos uma síntese da pesquisa bibliográfica e documental que constitui os resultados parciais até o presente momento, tendo como base teórica: Arroyo; Caldart; Molina (2011); Fernandes; Cerioli; Caldart (2011); Molina e Hage (2015) entre outros.

## **Desenvolvimento**

A Educação do Campo é um paradigma em construção, nasce em oposição a Educação Rural, da luta pela terra e reforma agrária, e por uma vida digna que supere a condição imposta pela exclusão social aos diversos grupos sociais que compõe os territórios do campo brasileiro. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

Dessa realidade histórica surgiu vários Movimentos Sociais do Campo, que nos anos 90, iniciam uma luta e uma discussão dessa temática, no intuito de fazer valer o direito dos homens, das mulheres, dos jovens, dos adolescentes e das crianças que vivem no campo (MOLINA; JESUS, 2004).

Entre esses movimentos está o chamado Movimento Por Uma Educação do Campo no Brasil. Trata-se de um movimento sócio-político de conteúdo político e pedagógico, que vem sendo construído ao longo da história por determinados sujeitos coletivos ligados diretamente às questões agrárias, e que "começa a ganhar contorno nacional, tendo por mira as políticas públicas" (MUNARIM, 2008, p. 58).

O movimento luta por uma renovação política, mas também pedagógica, contrapondo-se ao ruralismo pedagógico enquanto projeto capitalista de ordem neoliberal que por muito tempo tratou a escola do campo como resíduo do sistema educacional

brasileiro. Em consequência disto, aos povos do campo também foi negado o direito e a oportunidade de acesso aos avanços ocorridos nas últimas décadas, a exemplo disso é falta do reconhecimento e da garantia do direito à educação básica aos camponeses (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011).

Um aspecto marcante da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, aconteceu em 27 a 31 de julho de 1998 na cidade de Lusíada - Goiás, trata-se da realização da ideia nascida no I ENERA tendo como foco principal ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

A Conferência Nacional por Uma Educação do Campo legitimou e fortaleceu a luta defendida pelos diversos movimentos sociais do campo na busca por políticas públicas e por um projeto educativo próprio específico para os sujeitos do campo. Essa Conferência constituiu-se em um marco histórico na luta por uma educação do campo por contemplar um projeto de desenvolvimento para o país que incluísse os sujeitos do campo, no qual a educação além de um direito, faz parte de uma estratégia de inclusão social (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011).

Assim, a Educação do Campo centra-se na perspectiva de transformação da sociedade, considerando que qualquer mudança deve ocorrer numa perspectiva dialógica, horizontal, onde todos os sujeitos do campo se constituem como agentes de direitos, com vez e voz; e não de cima e não ao inverso como vem sendo construída. Por tais motivos, os movimentos sociais do campo também lutam não só por uma escola pública do campo com qualidade, mas também por sólida formação dos seus professores/as como política pública, como um direito e na perspectiva de um projeto emancipador irá contribuir com a mudanças sociais e políticas de que realmente o campo necessita.

Para Arroyo (2012, p. 361) "A concepção e a política de formação de professores do campo vão se construindo na conformação da educação do campo". Molina e Hage (2015) apontam para a necessidade da formação de professores para a atuação no contexto camponês, tendo em vista a ruptura com o modelo de educação rural, e tendo em vista que os professores tenham uma sólida formação.

A Resolução Conselho Nacional de Educação/CEB 1/2002, cujo o texto legal em seu parágrafo único do artigo 12 que normatiza a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, determina que os sistemas de ensino desenvolvam políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes. E reforça o artigo 67 da LDB os sistemas de ensino, desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, “[...] habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes” (BRASIL, 1996).

Na atual conjuntura podemos observar algumas políticas públicas de formação de professores/as do campo como o Pronera, Procampo e Pronacampo, porém no que concerne especificamente as políticas de formação continuada de professores/as do campo no Brasil constitui um problema nevrálgico, desafiador e que merece ser problematizado.

Nessa perspectiva, é preciso discutir as políticas públicas de formação continuada de professores/as de escolas do campo numa perspectiva contra hegemônicas, que superem a racionalidade técnica, a política neoliberal imposta pelo modelo de Educação liberal, e que derrube a lógica da escola rural sustentada pelo capitalismo que só contribui para a

manutenção dos modo de produção capitalista e manutenção das relações sociais da sociedade vigente.

## Metodologia

Na pesquisa assumimos a metodologia da pesquisa qualitativa com apoio do método de análise do Materialismo histórico-Dialético, onde empregaremos as técnicas de pesquisa tais como: entrevista semiestruturada, com o auxílio de outras técnicas secundárias de coleta para a realização deste estudo como as conversas informais, anotações, caderno de campo e registros audiovisuais visando atingir os objetivos do estudo.

O estudo está sendo desenvolvido em dois momentos, a saber: atualmente já concluímos pesquisa bibliográfica, e iremos iniciar a pesquisa de documental e de campo. Os sujeitos da pesquisa são 1 técnico da secretaria municipal de educação (SEMED), responsável pela formação continuada de professores/as do campo no município, 10 professores que atuam em uma escolas do campo de Parintins tem ligação com os movimentos sociais, o/a coordenador/a do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e da Floresta “Paulo Freire” (FOPINECAF) e o/a coordenador/a do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV). Sendo que para a identificação dos sujeitos do estudo, adotaremos nomes fictícios para preservar suas identidades.

No município de Parintins há 118 escolas do campo distribuídas em áreas de várzea, terra firme/assentamento e área indígena, obedecendo ao sistema nucleado, agregado e multisseriado unidocente. Por tais motivos, o lócus da pesquisa é a Escola Municipal Luiz Gonzaga localizada na comunidade Santo Antônio do Tracajá, localizada em área de assentamento do INCRA, em que apesar de ser uma escola nucleada, possui um anexo com característica de escola multisseriada.

## Considerações preliminares

Com este estudo esperamos contribuir com novas discussões e com a própria luta do Movimento Por uma Educação do Campo no município de Parintins/AM. Esperamos ainda fomentar a reflexão quanto à necessidade de implementação de políticas públicas de formação continuada de professores/as que atuam em escolas do campo desse município, por parte da Rede Municipal de Ensino que possa favorecer essas escolas e de seus profissionais.

## Referencias

ARROYO, Miguel Gonzáles. Formação de Educadores do Campo. In, CALDART, Roseli Saleti. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo, Expressão Popular, 2012, p.259-267.

\_\_\_\_\_; CALDART, Roseli Saleti; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação no campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em 20 de ago.2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 12 de ago. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação no campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo. Ano 2, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2004.

\_\_\_\_\_ ; HAGE, Salomão Mufarrej. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n.37, p.121-146, jan/dez, 2015.

MUNARRM, Antonio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo do campo no Brasil. **Educação**. Santa Maria. v.33. n.11, p. 57-72 jan-abr. 2008. Disponível: [www.ufsm.br/ce/revista](http://www.ufsm.br/ce/revista). Acesso em: 20 de ago. 2020.